

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.389.198 - SP (2018/0284456-3)

AGRAVANTE	:	FRANCISCO JAIR GONCALVES VELLA
AGRAVANTE	:	SILVIA HIROMI UEMURA MARUKO
AGRAVANTE	:	JOSE LUIZ GONSALES MENDES
AGRAVANTE	:	MAYUMI UEMURA
AGRAVANTE	:	VALDECIR GUERATO
AGRAVANTE	:	SOLANGE APARECIDA CAPRIOLLI
AGRAVANTE	:	MARCELO DE ARAUJO PESSOA
AGRAVANTE	:	ANA VERA FERREIRA DA COSTA CAMARGO PESSOA
AGRAVANTE	:	MILTON CARLOS KUGA
AGRAVANTE	:	IRENE DE OLIVEIRA LIMA
AGRAVANTE	:	SILVIO RUBIO DE LIMA
AGRAVANTE	:	MARIDALVA BONORA DE QUADROS
ADVOGADOS	:	ANTÔNIO CARLOS DE QUADROS E OUTRO(S) - SP149766
		AROLD DE OLIVEIRA LIMA - SP288141
		MÁRCIA CRISTINA SATO RODRIGUES - SP193167
AGRAVADO	:	MUNICIPIO DE BAURU
ADVOGADO	:	BERNADETTE COVOLAN ULSON E OUTRO(S) - SP122967

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FRANCISCO JAIR GONCALVES VELLA, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

TRIBUTOS - IPTU - Município de Bauru - Exercício de 2014 - Insurgência contra a denegação da segurança - Vedação de base de cálculo superior ao valor venal do imóvel tributado - Insubistência de provas quanto à incorreção do valor venal - Progressividade fiscal amparada pelo art. 156, § 1º da CR, com a redação dada pela EC nº 29/2000 - Recurso não provido.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o recorrente aponta como violado o art. 1022 do CPC/2015, alegando, em síntese, que o Tribunal *a quo* deixou de se pronunciar sobre quais alíquotas os recorrentes estariam sujeitos, tendo em vista ter assentado que o IPTU está sujeito à tributação progressiva, reclamando assim alíquotas variáveis. Também incorreria em omissão por não ter se pronunciado a respeito dos elementos do lançamento tributário constantes do art. 142 do CTN.

Adiante, indica ofensa ao art. 33 do CTN, afirmando ser indevida a majoração do valor venal para o exercício em testilha.

Também aponta violação ao art. 142 do CTN, diante da

irregularidade do lançamento do tributo, tendo em vista a falta de motivação legal.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Sobre a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, por suposta omissão pelo Tribunal de origem da análise da questão acerca da enunciação das alíquotas devidas, bem assim dos termos do art. 142 do CTN, verifica-se não assistir razão ao recorrente.

Na hipótese dos autos, da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado, não se cogita da ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pelo recorrente e devidamente afastado pelo julgador, que enfrentou todas as questões pertinentes sobre os pedidos formulados.

Nesse panorama, a oposição de embargos de declaração, com fundamento na omissão acima, demonstra, tão somente, o objetivo de rediscutir a matéria sob a ótica do recorrente, sem que tal desiderato objetive o suprimento de quaisquer das baldas descritas no dispositivo legal mencionado, mas sim, unicamente, a renovação da análise da controvérsia.

No mesmo diapasão, destacam-se:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. OFENSA AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ICMS. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. TRANSPORTE DE MERCADORIAS CUJA DESTINAÇÃO FINAL É A EXPORTAÇÃO. ART. 3º, II, DA LC N. 87/1996. DIREITO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, pois o Eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte, a Primeira Seção, no julgamento do EREsp 710.260/RO, asseverou que a isenção prevista no art. 3º, II, da LC n. 87/1996 alcançaria além das operações que destinam mercadorias diretamente ao exterior, como também àquelas outras que integram todo o processo de exportação, como o transporte interestadual.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1323892/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. REQUISITOS PARA RECONHECER A OMISSÃO. QUESTÃO NÃO RELEVANTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 485, V, DO CPC/73. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. ARTIGO NÃO INDICADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA Nº 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Para configurar omissão, é necessária a presença cumulativa dos seguintes requisitos: a) o Tribunal de origem não tenha se pronunciado sobre o tema; b) tenham sido opostos embargos de declaração; c) tenha sido a questão levantada nas razões ou contrarrazões do agravo de instrumento ou da apelação; e d) seja relevante para o deslinde da controvérsia.

2. Ausente relevância, à luz do caso concreto, da matéria tida por não apreciada, afasta-se a alegada omissão.

3. A suposta violação ao art. 485, V, do CPC/73, por violação a literal dispositivo de lei, exige seja declinado no recurso especial especificamente qual o artigo de lei que supostamente daria azo à rescisória, sob pena de deficiência na fundamentação, a ensejar a incidência da Súmula nº 284/STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.498.690/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/3/2017, DJe 20/3/2017).

Verifica-se que a irresignação do recorrente acerca da impropriedade das alíquotas do IPTU, majoração do tributo e irregularidade do lançamento, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu pela inexistência de demonstração de que o cálculo foi procedido em desacordo com o valor de mercado do imóvel. Incidência da súmula 7/STJ.

Por outro lado, o Tribunal *a quo*, para declarar a higidez do lançamento pela progressividade das alíquotas, analisou dispositivos constitucionais, o que implica na falta de competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame da questão.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator